

Diário Carioca: o primeiro degrau para a modernidade

Nilson Lage*, Tales Faria** e Sérgio Rodrigues***

Resumo

Este artigo destaca aspectos relevantes da trajetória do Diário Carioca, um pequeno jornal que não apenas acompanhou a vida brasileira durante 37 anos, mas influenciou de maneira decisiva em episódios políticos que hoje compõem a história do País. Atuante e inovador, foi nele que se processou a primeira experiência de modernização do texto jornalístico, com a introdução da fórmula redacional do lead americano, adaptado à língua portuguesa, e a adoção de padrões formais oriundos da Semana de Arte Moderna, alguns preservados, outros postos de lado na transposição da técnica para cenários mais amplos. Mostra-se que a experiência acadêmica de dois professores do Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (depois Universidade Federal do Rio de Janeiro) – o catedrático, Danton Jobim, e seu assistente, Pompeu de Sousa, - foi fundamental nesse processo. Trata-se de exemplo claro de transferência do conhecimento acadêmico para a inovação técnica do jornalismo

Palavras-chave

Diário Carioca - técnica de redação jornalística - história

*Professor Dr, Departamento de Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina

** Diretor de Redação, Istoé, Brasília.

*** Editor, No mínimo

O jornal político

O primeiro número do Diário Carioca circulou um ano antes do craque da bolsa de Nova York e dois anos antes da Revolução de 1930. Seu fundador, José Eduardo de Macedo Soares, ex-oficial da Armada, ex-deputado, civilista mas autor de uma biografia de Saldanha Marinho louvada por décadas na Marinha, lançara antes O Imparcial, jornal em que escreveu Rui Barbosa, o civilista-mór.

De 18 de julho de 1928 a 31 de dezembro de 1965, quando a velha máquina rodou o último número na Rua de São Bento, a poucos metros da Avenida Rio Branco, perto da Praça Mauá, o Diário Carioca acompanhou a política brasileira, quase todo tempo na oposição. “Era um jornal de posições políticas definidas, que nenhum político deixava de ler”, disse Carlos Castello Branco, que foi chefe de redação.

Em 1950, o proprietário do Diário, Horário de Carvalho Júnior – que o comprou ou recebeu de presente de Macedo Soares, em 1932 –, construiu, com empréstimo do banqueiro Walter Moreira Sales, um prédio moderno e feio na Praça Onze, no Rio, e investiu por alguns meses em muitas páginas, para muitos leitores e muitos anúncios. Mas isso durou só ano e meio: o edifício da Érica foi vendido a Samuel Wainer, da Última Hora, que o comprou com dinheiro emprestado do Banco do Brasil.

Tirando esse curto período, o Diário Carioca jamais tentou parecer um grande jornal; no entanto, manteve-se influente, pelo menos até a conspiração que levou à deposição de João Goulart.

O Rio de Janeiro já não era, então, capital da República; já não gerava os fatos políticos nacionais, restando-lhe apenas repercuti-los. Vargas suicidara-se em 1954 e o trabalhismo se decompunha. A União Democrática Nacional, cuja fundação, em 1945, fora tramada na redação do Diário, quando Carlos Lacerda era seu chefe de redação¹, esfacelava-se também e logo se dissiparia na esteira do golpe de 1964.

A articulação da ação militar desfechada em 31 de março e completada em 1º de abril envolveu ações de diferentes níveis, com suporte técnico e diplomático dos Estados Unidos e apoio financeiro de empresas, principalmente multinacionais. Contou com pesquisas de opinião pública e de mercado, que eram novidade na época. Promoveu a produção de relatórios otimistas sobre o suposto esquema militar que daria suporte ao governo. Corrompeu oficiais, principalmente na Intendência, para que, no caso de resistência armada, faltassem insumos necessários, como a gasolina dos carros de combate. Procedeu ao levantamento de informações e ao estudo da psicologia dos principais comandantes, nos quais se identificaram fragilidades, como o ressentimento do General Castello Branco, que não julgava reconhecidos seus méritos; as aflições financeiras do General Justino

1 Contratado em fevereiro de 1945 para chefiar a redação, Lacerda deixou meses depois o Diário e afastou-se do Rio de Janeiro por algum tempo.

Alves Bastos, comandante do IV Exército; ou a lealdade frágil do General Amaury Kruel, em quem tanto confiava o esquema montado no Planalto pelo General Assis Brasil. Projetou ações futuras, destinadas a manter sobre bases conservadoras a inevitável modernização do país.

A unidade militar foi quebrada com a infiltração de agentes no movimento dos praças da Marinha e do Exército, cuja inserção em pequenas insurreições e a busca de alianças com sindicalistas radicais buscava evidenciar a quebra da hierarquia, base de qualquer força armada. Provocadores, inseridos na vida sindical, amplificavam o discurso dos setores que pressionavam o governo como se houvesse condições para um movimento socialista à moda cubana, e nisso obtinham o apoio ingênuo da jovem intelectualidade oriunda da recente experiência brasileira de industrialização.

Para organizar o esquema de imprensa que difundiu as informações adequadas e sonegou as inconvenientes, montou-se uma estrutura em parte centrada na Assessoria de Comunicação da Light, empresa canadense cujo holding estava na mira do Governo por repassar a suas subsidiárias com juros altos empréstimos que recebia com juros baixos ou a fundo perdido. Na direção da assessoria, um udenista típico – golpista, portanto –, Odylo Costa, filho, que fora diretor de redação do *Jornal do Brasil*; na execução dos textos, entre outros, José Rubem Fonseca, ex-

policia especializado nos Estados Unidos; Wilson Figueiredo, então editor do *JB*; José Francisco Coelho, jornalista; Augusto Frederico Schmidt e Raquel de Queirós, jornalista e romancista., como o próprio Odylo². Agentes nos principais jornais. Algo muito além da política artesanal que impulsionara o *Diário Carioca*, posto à margem do que se passava.

Até então, em todos os eventos políticos nacionais, o *Diário* atuara, não só como instrumento mas, freqüentemente, como participante da intriga política. Foi essa presença que garantiu sua sobrevivência como jornal pequeno, em um meio jornalístico que, lentamente, dependendo embora de injeções periódicas de dinheiro (público ou privado), adquiria o formato de indústria, com pretensões à grandeza e à megalomania.

Um clube sem estatutos

Além dos proprietários principais – Macedo Soares e Carvalho Júnior – o jornal teve dois outros donos por curtos períodos – Arnon de Melo e Danton Jobim³. Foi empastelado uma vez por militares que participavam do movimento tenentista, quando rompeu com Getúlio Vargas, em 1932. Habitou quatro prédios, na Avenida Rio Branco, perto da Cinelândia; na Praça Tiradentes; na Praça Onze; e, finalmente, na sobreloja da Avenida Rio Branco, 25. Hospedou várias redações, a primeira delas com figuras de relevo na época, como Humberto de Campos, Virgílio de

2 Danton Pinheiro Jobim (1906-1978)

3 Roberto Pompeu de Sousa Brasil (1916-1991)

Melo Franco, Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda, Marcial Dias Pequeno e Paulo Mota Lima – na maioria vindos de O Imparcial.

Durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945), quando a imprensa recebia subsídios e instruções diretas do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), geralmente sem reclamar (houve exceções, como O Estado de S. Paulo, que esteve sob intervenção), o Diário Carioca desobedecia freqüentemente ao script e dava dores de cabeça ao governo.

Por exemplo, quando o DIP encomendou aos jornais que criticassem o governo inglês porque um avião da Força Aérea Britânica (RAF) disparara uma rajada de metralhadora contra um cargueiro brasileiro que se dirigia à Itália, Macedo Soares criou uma associação sem sede nem estatutos, o Clube dos Diretores e Principais Redatores de Jornais do Rio de Janeiro, que promovia almoços mensais – o primeiro deles, no dia seguinte à publicação do editorial de encomenda, justamente ao embaixador da Inglaterra, Sir Noel Charles.

Em outra oportunidade, Macedo Soares exercitou a crueldade de seu estilo ao reportar-se a uma entrevista do Almirante Amaral Peixoto, genro de Getúlio e conhecido pela pouca ou nenhuma experiência marítima: “Falando ontem a bordo do couraçado Minas Gerais, solidamente amarrado ao cais da Ilha das Cobras, o Almirante Amaral Peixoto ...”

A vitória de Getúlio levou o jornal de novo à oposição radical

Macedo Soares tinha experiência em correr riscos. No dia do empastelamento, em 1932, escapou porque tinha ido a Petrópolis, participar do jantar de aniversário de Afrânio de Melo Franco. Anos antes, ainda deputado, levou um tiro de outro parlamentar, o gaúcho Flores da Cunha: embora os homens de fronteira tivessem a fama de boa pontaria, a bala apenas lhe perfurou o chapéu de palha.

A ‘maioria absoluta’

Em 1950, o Diário Carioca mantinha sua aversão histórica a Getúlio Vargas, que seria eleito com maioria significativa. Não apoiava, no entanto, o candidato udenista, Brigadeiro Eduardo Gomes; ficou mesmo com Cristiano Machado, candidato do Partido Social Democrático que teve votação pequena, traído pelos oligarcas que diziam apoiá-lo. A traição política gerou um verbo de uso comum nos meios políticos durante a década seguinte: ‘cristianizar’.

A vitória de Getúlio levou o jornal de novo à oposição radical. Pompeu de Sousa e Prudente de Moraes Neto, que dirigiam a redação, tiraram da manga a tese da maioria absoluta, obtendo a concordância oral de ministros do Tribunal Superior Eleitoral e – o que era mais importante, do Ministro da Guerra do governo de Eurico Gaspar Dutra, General Canrobert Pereira da Costa. Foi preciso uma declaração conjunta dos generais Estilac Leal e Zenóbio da Costa para, desautorizando Canrobert e desestimulando os

juristas do TSE, assegurar a posse tranqüila do novo presidente.

“Que farão agora os generais no dia de sua posse?”, perguntou o repórter Ivã Alves a Getúlio. Ele pensou um instante e respondeu: “Baterão continência”.

A ‘república do Galeão’

Em 4 de agosto de 1954, sábado de madrugada, Deodato Maia, então editor de esporte e depois secretário de redação, deu carona a Armando Nogueira, redator do Diário, até sua casa, na Rua Tonelero, em Copacabana. Eles se despediam quando ouviram tiros. Ao levantar a cabeça, instantes depois, Armando viu-se a poucos metros de dois corpos: o de um major da Aeronáutica, Rubens Vaz, que morreu, e o de Carlos Lacerda, ferido no pé⁴. Era o estopim de uma série de episódios que levaram Getúlio Vargas ao suicídio.

O atentado da Rua Tonelero teve imediato aproveitamento político. Já no domingo, os jornais – à exceção de Última Hora, que permaneceu fiel ao presidente – estampavam novo manifesto daquele clube quase fictício criado por Macedo Soares. Redigido por Pompeu de Sousa⁵, que colheu as assinaturas por telefone, o texto apontava o Governo Federal como principal suspeito do crime, advertindo que os “diretores e principais redatores” não aceitariam o resultado do inquérito policial se não o acompanhassem

de perto. O Ministro da Justiça, Tancredo Neves, acatou a exigência.

Pompeu foi o homem destacado para acompanhar o inquérito que terminaria incriminando Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio, como mandante do atentado. Ao mesmo tempo, era também o contato jornalístico dos oficiais que instauraram, na Base Aérea do Galeão⁶, um inquérito policial militar – a chamada “república do Galeão” – para apurar ‘casos de corrupção no governo’. Embora tais irregularidades jamais tivessem sido comprovadas, e não haja registro de que Getúlio tenha obtido, em alguma época, benefícios financeiros do poder, a imprensa hostil, liderada pela Tribuna da Imprensa, jornal de Lacerda, denunciava a existência de um ‘mar de lama’ no Palácio do Catete, sede do governo, onde hoje funciona o Museu da República.

O ‘sentimento do medo’

Parece estranho que, após a participação ativa nesse movimento subversivo, o Diário Carioca partisse para apoiar, logo no ano seguinte, a candidatura de Juscelino Kubitschek, cujo desenvolvimentismo é geralmente considerado uma espécie de continuação da política de transformação econômica do Brasil desfechada por Getúlio Vargas. Terão pesado, aí, ligações pessoais de Macedo Soares e, principalmente, de Horácio de Carvalho Júnior que, como logo

4 1 DREIFUSS, p.194.

5 Depoimento do jornalista Otávio Bonfim (16 de maio de 1992)

6 Junto ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (hoje Aeroporto Antônio Carlos Jobim), na Ilha do Governador.

se veria, tinha muito a ganhar.

Carlos Castello Branco conta que, quando o Presidente Café Filho disse a Juscelino que sua candidatura teria sido vetada ‘pelos militares’, ele procurou Macedo Soares. Este o encorajou e redigiu um pronunciamento em que há uma frase de efeito que ficou famosa: “Deus poupou-me do sentimento do medo”.

Durante o governo de JK, esvaiu-se a última esperança de que o Diário crescesse para tornar-se uma empresa economicamente viável. Horácio de Carvalho Júnior guardou para si os bônus da vitória eleitoral, deixando aos empregados do jornal o ônus dos salários atrasados. Mas foi o período mais interessante do ponto de vista da técnica jornalística.

Anos de decadência

No governo de Jânio Quadros, o Diário Carioca voltou por breve período à oposição, mas já sem Castello Branco, que se tornou secretário de imprensa do presidente. No dia seguinte à renúncia de Jânio, Pompeu de Sousa, que ocupava um cargo de direção, demitiu-se porque Arnon de Melo, político udenista a quem Horácio de Carvalho Júnior vendera a empresa, modificou um editorial pedindo a posse imediata do vice-presidente, João Goulart.

Engajado nas articulações para impedir o sucesso do golpe articulado pelos três ministros militares, Pompeu de Sousa aproximou-se de

Durante o governo de JK, esvaiu-se a última esperança de que o Diário crescesse para tornar-se uma empresa economicamente viável

Goulart a ponto de ser convidado a participar do governo, como assessor de imprensa do primeiro ministro, Tancredo Neves. Extinto o parlamentarismo, decidiu dedicar-se à implantação do curso de jornalismo da Universidade de Brasília, no espírito da renovação acadêmica pretendida por Darcy Ribeiro.

A essa altura, Arnon de Melo já havia se desinteressado pelo jornal, que vendeu a Danton Jobim. Não havia mais espaço para um veículo essencialmente político como aquele, que, ao romper com sua tradição udenista, em 1955, tornara-se peça chave na campanha eleitoral de Juscelino Kubitschek.

A conspiração era a mesma de sempre, mas se desenvolvia, agora, em instituições especializadas como o Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, secretariado por Golbery do Couto e Silva, com maior atuação na imprensa) e o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática, de Ivan Hasslocker). O desenvolvimentismo juscelinista parecia interromper-se na fúria da caça às bruxas e, ao retornar como política de Estado, anos depois, viria sob o império de um regime de força.

O Diário circulou por algum tempo e balbuciou protestos, nos dias difíceis que se seguiram ao golpe de 1964. Em 1965, Horácio de Carvalho Júnior o recomprou, com a intenção evidente de fechar o jornal e manter a posse do título.

Os anos do Diário Carioca foram, enfim, ex-

traordinários pela intensa disputa ideológica dos anos 30, seguidos de uma guerra mundial e, depois, de um período de fortes tensões, a guerra fria. Em meio a tanta turbulência, o Brasil encontrou o caminho da modernização sem conseguir, no entanto, quebrar o poder das oligarquias, que sempre retornam, como em um brinquedo de João-bobo. Mas foram também características notáveis da época a constância das fúricas políticas, mais visíveis então do que são hoje; a transformação profunda da economia rural e da paisagem urbana, em que se gestava a tragédia social; o clima de esperança nunca visto que animou a população brasileira nos anos 50; o trânsito, enfim, da ditadura civil de Getúlio Vargas ao que parece ter sido o único período histórico em que o Brasil conciliou um tanto de democracia e um tanto de independência.

O jornal moderno

O Diário foi a pequena alavanca que impulsionou a reforma do texto na imprensa diária brasileira, antecipando de uma década e meia a modernização de O Globo, dos jornais paulistas e, a partir desses, da imprensa das outras regiões. Entre a reforma do DC e a febre de renovação formal que acompanhou a pobreza de conteúdo nos anos que se seguiram ao AI-5, coube ao Jornal do Brasil, já aí no contexto da grande imprensa, herdar o texto moderno, somando a ele a diagramação arrojada – mas essa

é, no entanto, outra história, ou outro capítulo da mesma história.

Uma coisa se perdeu nesse transporte, do Diário até a Folha ou o Estadão: o humor. Desde o repórter Mauro de Almeida que, no início da década de 1930, inventou com absoluta irresponsabilidade a história do mineiro que comprou um bonde, até os leads irreverentes de José Ramos Tinhorão (“O fogo entrou em cena, ontem, ao fim do primeiro ato, para um espetáculo à parte no Teatro Recreio ...”), o DC criou um estilo, muitas vezes ácido, poucas vezes inocente.

“O bom humor dava personalidade e graça ao jornal”, conta Pompeu de Sousa. “Éramos uma equipe muito exigente no estilo, talvez porque estívéssemos imbuídos de um certo espírito de causa: estávamos revolucionando a imprensa.” Talvez se possa complementar observando que o texto cuidado e criativo compensava, de certa forma, uma apuração falha, além de personalizar o noticiário padronizado que saía das ‘salas de imprensa’, fábricas de press-releases que ainda não tinham esse nome.

No período áureo, na década de 1950, lá trabalharam – além de Danton Jobim e Pompeu de Sousa, que tinham atuação política⁷ –, Carlos Castello Branco, Luís Paulistano⁸, Evandro Carlos de Andrade, Nilson Viana e muitos mais, alguns ainda vivos⁹: um elenco mais conhecido pela competência profissional do que pela capacidade conspiratória¹⁰. E essa é uma contradição implícita na história do Diário Carioca: era uma

7 Danton chegaria ao senado nos anos de governo militar. Pompeu participava da ‘esquerda democrática’ da UDN na segunda metade da década de 1940.

8 Luís Orleans Paulistano Santana. O 'Orleans' deve-se a um pai monarquista. Morreu em um desastre de helicóptero, quando era assessor de imprensa do Governador do Estado do Rio, Roberto Silveira.

9 Com o risco de graves omissões (a citação é feita com base na memória do proponente desta pesquisa e se reporta a um período limitado), não se pode deixar de mencionar, entre os sobreviventes (26.02.2004), Jânio de Freitas, Ferreira Gullar, Luís Edgar de Andrade, José Ramos Tinhorão e Gilson Campos.

10 Castello desempenharia, no entanto, mais tarde, no *Jornal do Brasil*, um papel importante como colunista: com habilidade, contornava a censura e fazia transitar muita informação política importante.

empresa frágil e mal dirigida, que sequer experimentou um tanto de prosperidade quando seu dono, Horácio de Carvalho Júnior, empreiteiro de obras públicas, ganhou de presente uma fantástica recompensa por intermediar junto a Juscelino Kubitschek a concessão do quadrilátero ferrífero a um cliente; no entanto, foi nela e exatamente que o jornalismo brasileiro começou efetivamente a se profissionalizar.

Pompeu de Sousa e Luís Paulistano foram mais atuantes no início da década. “O centro de gravidade do *Diário Carioca* se dividia entre Pompeu e Paulistano”, conta Armando Nogueira. “Mas, enquanto Pompeu nos ensinava a escrever de forma amplificada, aos gritos, Paulistano preferia a conversa reservada.” Mais tarde, o comando efetivo da redação passaria a Castello Branco: Paulistano foi trabalhar no *Jornal do Comércio* e Pompeu, com cargo de direção, pouco aparecia por lá.

A nacionalização da técnica

Nascida da experiência acadêmica de Danton Jobim e Pompeu de Sousa – o primeiro catedrático e o segundo seu assistente, na cadeira de Técnica de Jornal e Periódico do curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro) – a técnica de redação jornalística introduzida pelo *Diário Carioca* incorporou ao lead americano (mais próximo, no estilo, do dos jornais

ingleses da época, com períodos um tanto mais longos) uma série de inovações introduzidas na linguagem literária pelos modernistas de 1922. Entre elas, a eliminação de adjetivos inúteis, o combate aos chavões, o uso de preposições mais próximo ao da linguagem falada e a supressão, paulatina mas constante, das formas arcaicas de tratamento e referência ('doutor', 'eminente jurista', 'sua excelência') e do jargão jurídico dominante em uma profissão até então exercida freqüentemente por bacharéis em Direito, quando não contagiada pela vulgata de rábula de policiais e bandidos.

Foi no *Diário* que se eliminou o uso absurdo da palavra 'indivíduo' como sinônimo de criminoso e 'indigitado' (que quer dizer 'apontado') para mencionar exclusivamente o réu em um processo; trocou-se 'homicídio' por 'assassinato', latrocínio por 'roubo', 'humilde' por 'pobre' (já que a humildade é subjetiva e a pobreza objetiva), 'homem de cor' por 'negro'. As pessoas passaram a morar 'na rua x' e não 'à rua x'; as esposas tornaram-se 'mulheres', os advogados deixaram de ser 'causídicos', os médicos 'facultativos', os vereadores 'edis', os prefeitos 'alcaides', as prostitutas 'damas da noite', as casas de dois andares 'mansões', os automóveis quando passam depressa 'bóldos' etc.

Os redatores do noticiário policial tiveram que aprender que corpos em 'decúbito dorsal' estão de costas, ao contrário daqueles em 'decúbito ventral', que estão de frente para o chão ou a

cama. Tomaram contato com a tradução para a linguagem corrente de expressões da anatomia topográfica que aparecem nas fichas de hospitais: região inguinal, ínguino-crural e pubiana passaram a ser ‘virilha’; região glútea, ‘nádegas’; cintura escapular, ‘ombros’; cintura pélvica, ‘quadris’; tórax, ‘peito’; ventre, ‘barriga’; regiões occipital, frontal, occipito-frontal’ e ‘temporal’, crânio; e por aí em diante. Aos poucos, foi-se eliminando o costume de colocar sistematicamente entre parêntesis, após o nome de alguém envolvido em um evento policial (crime ou acidente), a idade, a nacionalidade, a residência e a cor do sujeito – dados dispensáveis e até inconvenientes numa cidade grande e o último deles, muitas vezes, impossível de precisar, na realidade étnica do Rio de Janeiro.

● ‘manual de redação’

Tudo isso começou em um dia de carnaval, em 1950, na Avenida Rio Branco, esquina de Sete de Setembro, onde ficava a sede (a primeira) do Diário Carioca. Era um tempo de esperança, em que Horácio de Carvalho Júnior parecia entusiasmado com a construção da sede própria na Praça Onze, por acaso cantada em muitos carnavais. Foi então que Pompeu de Sousa, segundo ele próprio contou, redigiu o manual de redação do jornal – o primeiro do Brasil – baseando-se em modelos americanos e na leitura de jornais

Os redatores
do noticiário
policial
tiveram que
aprender
que corpos
em ‘decúbito
dorsal’ estão
de costas,
ao contrário
daqueles em
‘decúbito
ventral’, que
estão de frente
para o chão ou
a cama

ingleses e franceses que chegavam de avião, com atraso de alguns dias.

É um texto sucinto, com normas técnicas e isento de discursos institucionais. Lá se resumiam as normas do texto noticioso estabelecidas no início do Século XX nos Estados Unidos como um esforço para conter o sensacionalismo que abalava a credibilidade dos jornais. A inspiração básica dessas normas é o uso corrente na linguagem falada, quando se conta um fato recente e notável. Mas elas incluem um tanto de lógica e retórica clássica (Cícero, em especial):

“Ocupar o primeiro parágrafo das notícias com (a) um resumo conciso das principais e mais recentes informações do texto, esclarecendo o maior número das seguintes perguntas relativas ao acontecimento: que?, quem?, onde?, quando?, como?¹¹, e por que? ou (b) um aspecto mais sugestivo e suscetível de interessar o leitor no acontecimento.”

“Restringir aos médicos, quando no exercício da função, o título de ‘doutor’. Usar parágrafos curtos e evitar palavras desnecessárias, qualificativos, principalmente tendenciosos, e frases feitas. Só excepcionalmente usar períodos com mais de quatro linhas datilografadas. Evitar palavras chulas e expressões de gíria não incorporadas à linguagem gral, assim como termos preciosos e frases conteúdo puramente sensacionalista.”

“Era o fim do nariz de cera”, comenta Ferreira

11 No original, ‘como?’ está escrito à mão, intercalado no texto datilografado mediante uma chave usual na revisão de originais

12 Um exemplo é a prática, iniciada no Diário, de redigir os nomes portugueses (Luís, Manuel, Teresa, Andrade, Campos etc.) conforme a norma ortográfica, não o registro de nascimento. O objetivo era facilitar a apuração oral, evitando a submissão a desvios e esquisitices tais como ‘Luiz’, ‘Tereza’, ‘Manoel’ ou, pior, ‘Aphonso’ e ‘Karlotta’. A rejeição posterior a esse critério resultou de pressão de advogados, que confundem jornal diário com documentos de cartório (“Cada um manterá, se o desejar, em sua assinatura, a forma consuetudinária”, diz a lei) e, principalmente, da cultura americana, de um país em que as pessoas consideram importante saber se o Tomás tem uma ou outra origem étnica, e isso geralmente se revela pela grafia da assinatura. Outro exemplo, este mais recente, é o da importação de critérios tomados a convenções de textos científicos, segundo as quais as pessoas em geral são mencionadas pelo sobrenome e os nomes étnicos mantidos no plural. É estranho, para o público brasileiro, chamar Tancredo Neves de ‘Neves’; ou José Bonifácio de Andrada e Silva de ‘da Silva’. No caso da referência a mulheres, parece-nos deselegante nomear a cientista Nise da Silveira como ‘Silveira’ ou a pianista Guiomar Novaes como ‘Novaes’; da mesma forma, os

Gullar. “A tradição mandava abrir a matéria com uma história contada de maneira frouxa e prolixa. O Diário inaugurou um estilo de texto econômico, sintético. As quatro primeiras linhas davam o fundamental, as quatro seguintes complementavam a informação. Se você quisesse ler o resto, era problema seu.”

Um novo padrão de linguagem

Na prática, à medida que iam sendo contratados novos redatores, saídos em regra de cursos universitários e habituados à leitura de escritores da corrente modernista – principalmente de Graciliano Ramos, tomado como paradigma do texto que se buscava, ‘enxuto’, informativo e sem excesso de palavras – foi-se desenvolvendo na redação uma crítica de linguagem que evoluiu para formas de construção dos parágrafos adaptada à língua portuguesa. Algumas dessas adaptações se perderam¹²; outras incorporaram-se definitivamente à linguagem jornalística. Mas a valorização da simplicidade e da eficiência comunicativa, esta passou a ser constante no português brasileiro padrão.

A juventude da redação transbordava em um humor por vezes lírico, por vezes quase pornográfico. Em um dia em que um grande acidente ocorrera na cidade e o noticiário internacional dava conta do iminente perigo de guerra nuclear entre os Estados Unidos e

a União Soviética – a primeira página cheia de notícias sombrias – , um telegrama da France Press deu a manchete do alto, em corpo claro: “Nasce uma flor no Pólo Sul”. Um press release do Ministério da Agricultura transformou-se em uma notícia que começava assim: “O Brasil introduzirá brevemente sua banana no Canadá, anunciou o Serviço de Informação Agrícola. A banana brasileira entrará nas costas canadenses pelo porto de Vancouver...” Não é de espantar que, de madrugada, afastadas as mesas da redação, chefes e chefiados jogassem animadas partidas de bola de meia.

A condensação do texto permitiu ao Diário Carioca editar a primeira página só com chamadas redigidas, em lugar de nela iniciar as matérias principais, ‘cortando’ – geralmente no meio de uma frase – para uma página interna. No entanto, o jornal não era diagramado, isto é, projetado em escala em papel milimetrado, com base no cálculo do tamanho dos textos. Contavam-se apenas as letras dos títulos – padronizados em uma mesma família de letras, ao contrário do que era usual na época – e desenhava-se cada página em escala aproximada, numa folha de papel que também aproximadamente (o corte era feito sem rigor) equivalia ao A-4. A contagem dos caracteres dos títulos levou à adoção de alguns recursos, como os dois pontos e o ponto e vírgula; à invenção de palavras novas, como ‘desarme’ (‘desarmamento’, efetivamente, não

cabia; à simplificação dos nomes, como Dutra para o presidente e Góis para o general¹³ - irreverência total naquele tempo

Foi daí que o Jornal do Brasil, com Amílcar de Castro, artista mineiro com presença internacional, partiu para introduzir o planejamento gráfico moderno, baseado na estética do construtivismo: delimitação de espaços de foto e texto, eliminação de fios, preferência pelas proporções próximas da ‘regra de ouro’, fundada na estética grega. Isso não seria possível sem a disciplina de texto introduzida pelo Diário.

Um certo ‘João Manuel’

Quem lê um jornal brasileiro nos anos da Segunda Guerra Mundial repara na diferença de estilo entre os telegramas internacionais, que compunham toda ou quase toda a primeira página, e as matérias locais, redigidas à maneira antiga – estrutura narrativa, frequentemente cronológica, pretensão literária, muitos adjetivos e impropriedades vocabulares. Não que os telegramas tivessem redação perfeita: traduzidos às pressas, não tinham e não têm ainda hoje; no entanto, o contraste dava para perceber que alguma coisa andava errada no jornalismo brasileiro.

Naqueles anos, Carlos Castello Branco era editor internacional do Estado de Minas e isso o familiarizou com a forma de noticiar

das agências, a ponto de levá-lo a conclusões bem próximas daquelas que Pompeu formalizou em seu manual de redação de 1950. O próprio Pompeu trabalhou durante a guerra na Columbia Broadcasting System (CBS) que, antecipando-se à Voz da América, transmitia um boletim para o Brasil, lido por Luís Jatobá, às sete e meia da noite.

No entanto, Pompeu confessou que apenas compreendeu as normas do estilo jornalístico moderno em 1949, quando lecionava, como assistente de Danton Jobim, na Universidade do Brasil. Se é assim – e Pompeu sempre esteve longe de ser alguém modesto –, há uma pergunta interessante a fazer: quem terá sido o João Manoel que, em 1945, resumiu em colunas sucessivas no Diário, a técnica do lead?

Uma lição antes do tempo

As colunas assinadas por João Manoel saíram no canto direito da página 2 do Diário Carioca nos dias 4, 7, 8, 9, 10 e 11 de agosto de 1945. Com o título geral “Cartas a um foca”, traziam uma nota explicativa sempre repetida (“Num país em que todos se julgam jornalistas, eis uma pequena seção para discutir todos os dias os assuntos de jornalismo”). Sucessivamente, os títulos foram “O primeiro parágrafo”, “Elementos da notícia”, “A arte de opinar”, “Ser exato e poupado (?)”, “Primeiro a concisão” e “O que é notícia?”.

índios guaranis parecem estranhos como ‘os Guarani’ e os ianomâmis ficam exóticos quando se chamam de ‘os Ianomâmi’. O comum das pessoas suspeita de erro de concordância.

13 O primeiro título com esse estilo foi dado em 2 de agosto de 1945: “Hoje: sai Dutra e entra Góis”. Tratava-se da substituição do primeiro, que iria concorrer à Presidência da República, pelo segundo, no Ministério da Guerra. O jornal apoiava o Brigadeiro Eduardo Gomes. Mas a contagem de letras conduziu a títulos até poéticos, após 1950, como este de Luís Paulistano, lembrado por Armando Nogueira, sobre uma série de tragédias que atingiu, em poucos dias, a vida de um cabo da Polícia Militar: “Sitiado de/ desgraças/ vive o cabo/ Valdemar”.

O autor cita, dia 4, o livro *City Editor*, de Stanley Walker (edição mais recente: 1999) e defende que a notícia comece pela informação:

“O primeiro parágrafo, em certos casos também o segundo, deve satisfazer a curiosidade do leitor e estimulá-lo a prosseguir na leitura. Isso se obtém respondendo clara e diretamente a seis perguntas latentes e fundamentais. Em inglês, são cinco W e um H: who?, what?, when?, where? e, freqüentemente, why? – ou, em certos casos, how? Em português, são pelo menos três Q: quem?, que?, quando? e onde? e, freqüentemente, por quê? ou, em certos casos, como?”.

No dia 7, ele analisa esses elementos da notícia, um por um, e conclui:

“Quanto a distinguir esses elementos numa notícia, separá-los, pesar o valor de cada um e lhes dar uma ordem de proeminência decrescente, meu caro, isto é – como o amor naquela ilha dos Lusíadas – mais fácil experimentá-lo que julgá-lo, mas julgue quem não pode experimentá-lo”.

O terceiro texto, dia 8, trata do texto opinativo, condena as citações presunçosas e as conclusões descabidas:

Uma informação é pura e simplesmente uma informação. De certo será impossível e mesmo inviável chegar um jornal à perfeição de dar informações rigorosamente imparciais. (...) Mas sejam ou não ‘imparciais’, elas devem ser objetivas. Não fantasiar, não fazer literatura, porque então você cometerá dois erros: não trabalhará como bom jornalista e fará uma péssima literatura.

A coluna do dia 9 denuncia o uso de expressões vagas (‘vários’, ‘muitos’, ‘pequena multidão’) e condena os chavões comuns na imprensa da época:

O Barão de Itararé, nos grandes tempos da Manhã, inutilizou com seu riso a expressão ‘nosso querido diretor’, ridículo inominável que afetava a imprensa da época. Pois bem: até hoje muita gente não percebeu isso e continua a escrever ‘o nosso querido diretor’, como você escreve ‘ilustre progenitora’ em vez de ‘mãe’, ‘pequena multidão’ e ‘impressionante desastre’ para dizer que a mãe de um funcionário classe J escorregou na escada e juntou gente para ajudá-la a levantar-se.

A denúncia enfática do ‘nariz de cera’ está na coluna do dia 10. Cita:

“Aumentam dia a dia os desastres na Central, dolorosamente desgovernada pelo major Napoleão, que é um quememista ardoroso. Ainda ontem, o cargueiro P-17 ...”

E pergunta:

A notícia, onde está?

A última coluna da série baseia-se numa estratégia didática de George Bastian (*Editing the day's news*, primeira edição de 1923, livro atualizado em 1943 por Leland Davidson e reeditado pela última vez em 1956), que dava nota zero e um ao que não era e ao que era notícia. Mostra exemplos e completa:

“Mas de repente (você) há de verificar que uma vida inteiramente comum de uma família pode ser notícia – se você transformá-la numa reportagem sobre as desventuras da vida de uma família comum. (...) Mas não se meta, por enquanto. Senão, em vez de jornalismo, você estará enriquecendo apenas a fauna dos literatos fracassados”.

Referências Bibliográficas

DIÁRIO CARIOCA. Coleção microfilmada. Consultado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de periódicos.

DINES, Alberto. “Insultos impressos”. Observatório da Imprensa, n. 128, 4.7.2001 <http://www.observatoriodaimprensa.com.br>.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.

HOHENBERG, John. Manual de jornalismo, tradução de Ruy Jungmann, contendo os manuais de redação do Diário Carioca e da Tribuna da Imprensa. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

JOBIM, Danton. “French and U.S. Influences upon the Latin American Press”, *Journalism Quarterly* 31-1(1954):61-66.

JOBIM, Danton. Espírito do jornalismo. Edusp/Com-Arte, s.d. (impressão sob demanda)

LAGE, Nilson. Comentários à dissertação “O Estado de S. Paulo (1942 - 1972), uma contribuição à história das técnicas jornalísticas”, de Liriam Sponholz. Curso de Jornalismo da UFSC, banco de dados. <http://www.jornalismo.ufsc.br>.

SOUSA, Pompeu. Entrevista concedida em outubro-novembro de 1983.